

**ACTA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 15 de Abril de 2011**

No dia quinze de Abril do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos e adenda, enviadas no dia 01.04.2011 e 12.04.2011 respectivamente:

**1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 12 de Fevereiro de 2011.**

**2 – Expediente para conhecimento.**

**3 – Período Antes da Ordem do Dia**

**4 – Período da Ordem do Dia**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**4.2 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do exercício Económico de 2010/Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão.**

**4.3 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais aprovados para o ano económico de 2011/1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais/1ª Revisão ao Plano de Plurianual de Investimentos.**

**4.4 – Proposta de Alteração ao Regulamento de Venda de Habitações Vagas no Agrupamento Habitacional Ex-Car, Montalegre.**

**4.5 – Carta Educativa do Concelho de Montalegre/Proposta de alteração.**

**4.6 – Associação Nacional de Municípios Portugueses/Eleição de representante das Juntas de Freguesia e seu substituto.**

## **5 – Período após a ordem do dia**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e seis membros. Não compareceram à chamada os deputados Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Nuno Alves Pereira, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Ana Maria de Barros Martins, Rui Mário Miranda Alves, Sónia Margarida Dourado Fernandes, Francisco Afonso Surreira, Sandra Rua Gonçalves, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Jorge Araújo Fernandes, Manuel Azevedo Antunes, António Fernando Barroso Miranda, António Gregório Azevedo Dias, Domingos Branco da Costa e João Gonçalves dos Santos.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calado Calvão, Manuel António Silva Carvalho, Nuno Alves Pereira, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Sandra Matilde Afonso de Carvalho, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Ana Maria Barros Martins, Rui Mário Miranda Alves, José Miranda Alves, Manuel Azevedo Antunes, José Domingos Silva Ferrage, Domingos Afonso Dias, Ricardo António Pires de Moura e António Gregório Azevedo Dias.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Domingos José Pereira Lopes, Carla Maria Ferreira Rodrigues e Amadeu Antunes Dias.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores António Gonçalves Araújo, Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Adelino Augusto Santos Bernardo e Duarte José Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 12 de Fevereiro de 2011**

A acta da sessão ordinária do dia 12 de Fevereiro de 2011 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

### **2 – Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos presentes do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3 – Período Antes da Ordem do Dia**

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso e Ricardo Moura.

O deputado António Cascais manifestou reconhecimento e saudou os jovens que participaram no festival de Sanremo em Itália. Manifestou o orgulho da bancada do PSD e felicitou a Autarquia pela participação no apoio dado aos jovens. Disse que há algum burburinho e mal estar no que se refere ao licenciamento de obras e procedimentos que acontecem na Câmara, não a nível político, mas sim a nível dos serviços, a começar no gabinete de entrada dos processos. Pensa que alguma coisa deve ser mudada, assim como a actuação de alguns técnicos que, muitas vezes, por capricho emperram os processos. As queixas e preocupação começam a ser muitas e têm a ver com o tratamento do processo administrativo.

O deputado António Ferreira estende a manifestação de orgulho a todas as bancadas e até a toda a população, aos jovens que participaram no festival de Sanremo. Falou da alegria e satisfação que aqueles miúdos trouxeram para Montalegre. Disse que a escola onde lecciona, escola Bento da Cruz, foi a 1ª classificada a nível do país e a nível europeu, acha que estão todos de parabéns. Agradeceu o apoio que a Câmara deu aos jovens e acha que o senhor presidente deve continuar a apoiar esta escola porque os alunos, com o apoio do pessoal docente e auxiliar, não têm deixado ficar mal o concelho de Montalegre.

O deputado Acácio Gonçalves falou também no orgulho que o grupo de jovens trouxe para Montalegre ao ganhar o 1º prémio no festival de Sanremo na categoria de Música Tradicional. Disse que a época balnear está a chegar e perguntou ao senhor presidente da Câmara qual o estado em que se encontra a lei que regulamenta as barragens do concelho de Montalegre. Propôs à Assembleia que se impusesse pelos possíveis danos causados por essa lei já que nunca ninguém pagou a ocupação dos terrenos das barragens, nem as águas que levaram, ninguém perguntou às juntas de freguesia fosse aquilo que fosse, sobretudo à Junta de Viade de Baixo que foi a mais prejudicada, nem às Juntas da Chã, Morgade e Negrões. Disse que os saneamentos continuam por fazer, assim como as etar's. As contrapartidas nunca chegaram e muito menos vão chegar a partir de agora porque não há dinheiro. Perguntou o que é que está a emperrar a obra do Centro Social de Viade de Baixo. O Presidente da Junta de Viade está presente na Assembleia Municipal e tem obrigação de dizer o que se passa, assim como o presidente da Câmara. Uns queixam-se do empreiteiro, outros da Câmara e outros da freguesia. Quis saber como está a obra, uma vez que não tinha tido acesso ao processo.

O deputado Pedro Barroso perguntou ao senhor Presidente se está a pensar construir um parque de estacionamento subterrâneo ao lado da Câmara e se está a pensar ampliar o edifício. Perguntou ainda se a Autarquia tem a noção do número de idosos que vivem sozinhos e o que é que tem feito em relação a esses casos já que é um drama que tem assolado o país tal, como é noticiado

nos últimos tempos na comunicação social. Disse que na sessão da Assembleia Municipal do dia 19.06.2010 apresentou uma proposta para criação de uma comissão de trabalho, não remunerada, para apresentar uma proposta sobre o novo modelo de gestão administrativa do concelho. Disse que nessa altura não foi muito bem aceite e apresentou uma proposta que, depois de ter lido aos presentes, entregou à Mesa e que abaixo se transcreve:

"Concelho de Montalegre  
Proposta de Reforma Administrativa

### **Preâmbulo**

Portugal enfrenta nos dias de hoje um dos maiores desafios do pós 25 de Abril: A crise da dívida pública e a resultante necessidade de ajuda externa. Se é verdade que esta trará consigo muitos biliões de euros para reequilibrar a nossa depauperada economia, acometida pela nossa incapacidade quase crónica de governar, trará também outras realidades mais difíceis de gerir, como fortes medidas de contenção e austeridade, ou a implementação de reformas tão impopulares quanto necessárias.

Mas é indesmentível que esta "entrada do FMI" no país se deve ao facto de sucessivos governos não terem tido a coragem de implementar algumas dessas reformas fundamentais. E é cada vez mais consensual que uma dessas reformas em falta é a que envolve a reorganização administrativa.

Foi já há quase dois séculos (1835-1840) que ocorreu a última verdadeira reforma administrativa em Portugal, e é evidente que o país e o mundo mudaram radicalmente. Mudou a população, a sociedade, a economia, etc., mas a divisão administrativa do país manteve-se quase inalterável, com claro prejuízo para o nosso desenvolvimento. Urge pois encontrar uma nova forma de organização territorial adaptada a novos modelos de gestão. Há que começar por algum lado e a redução do número de freguesias, talvez por ser a menos polémica, parece ser um bom princípio. Mas há outras medidas a tomar, todas elas urgentes e necessárias, como a fusão de concelhos, a extinção de Governos Cívicos e a Regionalização. E esta proposta não entra em conflito com qualquer uma dessas possíveis medidas.

Fazer uma reforma administrativa com base apenas em critérios economicistas pode ser ainda pior que a ausência da mesma. No entanto, é evidente a poupança de recursos quer financeiros, quer humanos, ao que se deve aliar uma maior capacitação (pela profissionalização) e responsabilização dos novos autarcas, bem como uma melhor operacionalização dos meios. Além disso, parece claro que a fusão torna as freguesias mais fortes e com maior poder de intervenção junto do governo e de outras instituições públicas e privadas, além de ajudar de forma radical na desburocratização da tomada de decisões.

No interior, cada vez mais envelhecido e desertificado, com o actual modelo, torna-se por vezes quase impossível conseguir reunir um grupo de cidadãos,

suficientemente esclarecidos, para formar listas (que respeitem a lei eleitoral) para compor vários órgãos de gestão das freguesias. Por vezes essas listas são constituídas por vários elementos da mesma família, e acaba por vencer a lista da família maior e não aquela com as pessoas mais competentes, com conseqüente prejuízo para a democracia e para o desenvolvimento futuro. Montalegre com cerca de 10 mil habitantes dispersos em 35 freguesias é disso um bom exemplo. Há mesmo três freguesias com menos de 150 eleitores, o que obriga a eleições por plenário.

A lei 46/2005, de 29 de Agosto, que impõe a limitação de mandatos aos autarcas, promete ser a maior lufada de ar fresco na nossa democracia desde o 25 de Abril de 1974. A sua máxima expressão ocorrerá nas eleições autárquicas de 2013, onde talvez mais de 75% dos presidentes de Câmara e Freguesia não se poderão recandidatar. E se isto pode parecer dramático em termos político-partidários, na prática oferece as condições ideais para a implementação da dita reforma administrativa, pois torna-a de mais fácil aceitação por partidos e ex-autarcas historicamente ligados ao poder.

### **Proposta**

Perante os pressupostos supracitados, venho propor a esta Assembleia a reorganização territorial e administrativa do concelho de Montalegre nas seguintes 9 freguesias:

1. Cabril – Anexa lugares de Cela e Sirvozelo
2. Chã – Anexa actuais freguesias de Morgade, Negrões e lugares de Codeçoso e Gorda. Perde lugar de S. Mateus.
3. Covelães – Anexa actuais freguesias de Pitões das Júnias, Tourém, Sezelhe e lugares de Outeiro e Parada.
4. Montalegre – Anexa actuais freguesias de Cambezes, Donões, Mourilhe, Padroso, Padornelos e lugar de Meixedo.
5. Paradela – Anexa actuais freguesias de Contim, Fiães do Rio, Covêlo do Gerês e Ferral.
6. Salto – Anexa actual freguesia de Venda Nova.
7. Sarraquinhos – Anexa actuais freguesias de Meixide, Cervos e lugar de S. Mateus.
8. Vila da Ponte – Anexa actuais freguesias de Viade de Baixo, Fervidelas, Pondras e Reigoso.
9. Vilar de Perdizes – Anexa actuais freguesias de Gralhas, Solveira e Santo André.

Esta proposta, depois de rectificada e aprovada em Assembleia Municipal, será enviada para a Assembleia da República para posterior deliberação ou para servir de documento de apoio para a possível execução da necessária reforma administrativa de Portugal.

Montalegre, 15 de Abril de 2011

Assina o deputado municipal, Pedro Barroso”

O deputado Ricardo Moura disse que a proposta que apresentou o deputado Pedro Barroso não pode ser tratada na Assembleia Municipal. Disse que o PS sofreu a maior derrota de sempre aquando do referendo sobre a Regionalização e também o PSD votou contra. Agora vai ser muito complicado fazê-la porque não há dinheiro. É verdade que a proposta de reforma administrativa do concelho apresentada pelo deputado Pedro Barroso tem que ser feita porque daqui a uns tempos corremos o risco de não ter pessoas para colocar à frente das freguesias. Estamos em crise, mas quem a provocou foi o PSD porque o PS não queria o FMI em Portugal. Agora vamos a eleições e vamos todos pagar. Deviam deixar governar quem lá estava porque se calhar daqui a um ano estávamos melhor do que vamos estar daqui a cinco anos.

Terminadas as intervenções dos deputados inscritos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Este agradeceu à Escola Bento da Cruz, mas referiu que o primeiro tributo deve ser dado aos alunos porque eles é que ganharam o prémio. É preciso reconhecer o trabalho dos professores envolvidos porque sem eles não seria possível este sucesso. Foi sem dúvida um grande feito da Escola e da sua Direcção. Lamentou que este assunto tenha sido motivo de crítica dentro da Escola. Os que criticaram provavelmente já estão arrependidos daquilo que disseram, mas há gente que só serve para fazer guerra na Assembleia Municipal, na escola, nos bombeiros, etc. Há gente que não trabalha e só critica o trabalho dos outros. Sobre o licenciamento de obras, disse que há muitos interesses envolvidos nessa questão. Há engenheiros que não cumprem o seu trabalho e enganam as pessoas. A lei é exigente porque há muitos interesses envolvidos e há muitos habilidosos no meio deste negócio e é por isso mesmo que a lei é dura. Foi aberto inquérito na Câmara devido a uma denúncia que saiu na comunicação social e foi tudo esclarecido porque o reclamante deu o dito por não dito porque se veio a provar que aquilo que estava no jornal era mentira. Nestas acusações há também muita injustiça porque há muita coisa que não é verdade porque, muitas vezes são birras de vizinhos. Pediu que quem souber de alguma coisa que denuncie. Disse ainda que no concelho de Montalegre não há época balnear porque não há praias fluviais. Esta-se a analisar a água em Penedones, nos termos exigidos por lei, para provar que esta é boa e para se poder avançar com uma candidatura, mas para se ter praia fluvial há exigências legais complicadas e é preciso ter nadadores salvadores. Não sabe se isso será comportável porque teria que ter 4 funcionários permanentemente durante essa época. Há áreas nas barragens e no rio que têm óptimas condições para praia fluvial, mas as pessoas têm que ter consciência e têm que ser responsáveis e saber naquilo onde se metem e tomar as devidas precauções. Garantiu que aquilo que vai ser proibido é o campismo selvagem. Até agora tem-se sido tolerante, mas só se vê lixo por todo o lado. As pessoas têm que ir para o Parque de Campismo porque não é assim tão caro e tem todas as condições. Este ano a Câmara vai aplicar multas às pessoas que não cumpram porque temos que cuidar do nosso território e do nosso ambiente. Sobre a empresa Águas de Trás-os-Montes, disse que já não

vai fazer as obras que estavam previstas porque não apresentaram candidaturas por razões de ordem financeira. Mas referiu que há dinheiro que não é gasto e que foi redistribuído pelas várias gavetas do QREN para colocar à disposição de uma bolsa de mérito onde os municípios podem ir, podendo assim o município de Montalegre fazer algumas redes de águas e saneamento. Referiu ainda que não concorda com o deputado Acácio Gonçalves quando falou da freguesia de Viade de Baixo porque foi das freguesias que mais evoluiu e evoluiu ainda mais quando foi substituído o presidente da junta do PSD e se há exemplo onde vale a pena apostar na mudança e apostar em gente nova esse exemplo é a freguesia de Viade de Baixo. O resultado das eleições prova isso mesmo porque foi desastroso quando o PSD perdeu pela primeira vez e foi vergonhoso quando perdeu pela segunda vez. Sobre o Centro Paroquial de Viade, disse que o grande problema prende-se com o facto de o edifício não estar legalizado e a Segurança Social não faz acordo com nenhuma instituição se não tiver licença de utilização. Essa licença é emitida pela Câmara, mas não avança porque o projecto ainda não deu entrada nos serviços. Foi lá gasto muito dinheiro porque a Segurança Social o mandou gastar e devia-se pedir responsabilidades a quem o mandou fazer porque foi lá gasto dinheiro sem jeito. Referiu ainda que estão a ser feitos estudos para ampliar e remodelar o edifício da Câmara e para remodelação da Praça do Município e para tratamento do Largo Luis de Camões. Existe ainda um projecto, que está praticamente concluído, que renova a biblioteca e que a vai ligar à garagem da Câmara que será transformada em Arquivo Municipal, criando uma ligação harmoniosa entre os vários locais. Referiu que está pronto o projecto e a candidatura, mas só será posto em prática se houver financiamento. O parque de estacionamento, pelo menos para a Câmara, está em estudo, mas só será definido futuramente. Sobre as questões levantadas pelo deputado Ricardo Moura, acrescentou que o PSD não se quer unir ao PCP, mas pensa que é o PCP que não se quer unir ao PSD e quando o PSD aceita os votos do Fernando Nobre só revela que qualquer coisa lhe serve. Disse ainda que o deputado Pedro Barroso mostrou alguma coragem ao falar no assunto da reforma administrativa do concelho porque é um tema que pode causar algum melindre, mas acha preferível aguardar-se por alguns critérios como população, área, urbano/rural aos quais temos que obedecer. Na sua opinião este assunto deve ser discutido noutra sessão da Assembleia Municipal se o FMI não o impuser antes.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado António Cascais que concordou com algumas coisas que foram ditas e ao deputado Ricardo Moura disse que quando se invoca a política nacional para tratar de assuntos, nomeadamente de questões político partidárias, de Montalegre algo vai mal. Até parece que foi o PSD que esteve no governo nos últimos 15 anos. Estamos onde estamos e a culpa é de quem é, reconhecendo que é de quem está mas também de quem esteve e não é só do governo. A culpa é de todos enquanto cidadãos. O país entrou numa roda livre em termos de gastos e a responsabilidade não pode ser atribuída ao povo porque esse pagou e cumpriu através dos impostos que a lei impôs. A grande responsabilidade vem sempre de cima que é quem tem a responsabilidade na administração da coisa pública.

Tudo quanto se fala de contas públicas, défice, diminuição de receitas e aumento de despesa foi um descalabro constantemente porque nada batia certo, como nada bate certo. Basta estar atento ao que dizem os vários especialistas do país, dos vários quadrantes políticos, porque esses melhor do que nós saberão porque têm acesso mais facilitado às contas públicas. Referiu ainda que se o último responsável por esta crise não fosse o partido socialista já o Senhor Presidente da Câmara tinha vindo invocar isso com as perdas de receita da autarquia e também com aquilo que lhe tocou a ele com os cortes à classe política pelos excessos cometidos noutros tempos. Sobre a regionalização perguntou se seria por acaso que tinha desaparecido do programa eleitoral do partido socialista. Finalizou dizendo que a questão da regionalização, não foi uma questão partidária, mas sim uma questão de cidadania.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs a discussão a proposta apresentada pelo deputado Pedro Barroso.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Ricardo Moura, Alberto Fernandes e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais disse que toda a gente sabe que a regionalização será inevitável, e no seu entender, se para ocupar o poder não se precisasse do voto do povo já estaria feita há muito tempo, mas, pelas várias susceptibilidades que vai criar e muitas antipatias, ninguém a ousa fazer. Concorde com o senhor Presidente da Câmara quando disse que esta questão teria de ser estudada porque ela não pode gerar discórdia, tem de ser consensual entre os partidos, entre as freguesias, entre as pessoas da aldeia. Tem que se criar o mínimo de burburinho possível. Trazer isso para a campanha eleitoral com toda a certeza vai trazer crispação, vai puxar por argumentos de um lado e de outros e pode não resultar. Não questiona sobre a bondade da proposta, mas sim questiona a oportunidade. Tudo isso deve ser objecto de uma legislação própria. Não se pode dar seguimento à proposta, mas fica o registo da ousadia.

O deputado Ricardo Moura disse que gostou de ouvir pela primeira vez o deputado António Cascais falar de união de Barroso na Assembleia já que até há data só ele o tinha feito. Sobre a proposta do deputado Pedro Barroso, não é assim tão tola como muita gente pensa. Se calhar o povo está mais interessado em fazer isso do que propriamente os políticos. Disse que continua a pedir união ao povo em defesa do Barroso. Veja-se quem foram os primeiros que começaram a destruir o país. Não quer dizer que estes são melhores do que os outros porque noutros tempos até uma vírgula num decreto-lei safou alguém que tinha que ir para a cadeia. Sobre a crise, disse que ela é a nível mundial, veja-se a crise que se abateu sobre os bancos.

O deputado Alberto Fernandes louvou a ousadia do deputado Pedro Barroso pela proposta que apresentou. Partilha da mesma ideia e até eliminaria mais freguesias. Pensa que é uma boa proposta de trabalho que tem pés para andar e que poderia sair dali um documento valioso.



O deputado Pedro Barroso disse que na sessão da Assembleia Municipal de 19.06.2010 tinha feito uma proposta para a criação de uma comissão de trabalho para tratar o assunto. Referiu que o senhor Presidente da Câmara diz que, enquanto autarcas, devemos ter a ambição de não deixar morrer as aldeias e as freguesias, mas noutra intervenção também disse que não se admitia o país ter tantas freguesias. Disse ainda que em Lisboa já o assunto está em discussão e já se pensa reduzir o número de freguesias de 53 para 24. No Porto, Aveiro, Évora, Faro e Gaia já têm o assunto agendado para discussão pública. O Senhor Secretário de Estado da Administração Interna disse que bastaria que caíssem 3 em cada um dos 308 municípios para que desaparecessem cerca de 1000 freguesias das 4260 existentes. Pensa que isto revela pouca ousadia e que a sua proposta vai para além disso. Inicialmente pensou reduzir o número de freguesias do concelho de Montalegre para 7, mas chegou à conclusão que nove seria mais ajustado, até pela extensão do território para não ficarem demasiado longe. Referiu ainda que esta proposta é apresentada em nome individual e não em nome do PSD. Sobre a crise do país, disse que toda a gente aponta culpados mas que ninguém olha para si. Pensa que a responsabilidade é do governo, mas os deputados municipais também têm alguma responsabilidade.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta está bem estruturada e a divisão terá de ser feita. Disse que se deveria aguardar pelo novo governo e seguir as orientações que forem dadas. Temos que ouvir as populações e gerar consensos.

A proposta foi posta a votação.

**Deliberação:** A proposta foi rejeitada por maioria com 2 votos a favor e 11 abstenções.

#### **4 - Período da Ordem do Dia**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, deu a conhecer a situação financeira da autarquia aos presentes.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Joaquim Pires.

O deputado Pedro Barroso lamentou que, enquanto o senhor Presidente da Câmara fazia a apresentação do documento, ninguém tenha ligado, o que não é muito correcto por parte dos colegas. Não fala do PS nem do PSD, nem é

nada pessoal. Também lamentou que o relatório de contas não lhe tivesse sido enviado pelo menos por e-mail já que em carta fica dispendioso. Referiu um buraco que há na estrada nacional em Medeiros e que deve ser encontrada uma solução para aquele local pois o buraco torna a via perigosa. Em relação às deslocações do Senhor Presidente da Câmara ao estrangeiro, pensa que a viagem aos Estados Unidos não terá sido muito onerosa porque foi a convite da comunidade barrosã. Pensa que devia ir a outros locais como, por exemplo, a festa de natal organizada pela sua Junta de Freguesia.

O deputado Joaquim Pires sugeriu que na Rua do Salgado, uma vez que está em obras, os passeios fossem alargados porque isso daria outro aspecto à via.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder que, sobre a Rua do Salgado, disse que o passeio do lado do edifício do espanhol já tem o espaço legal. Do outro lado não é igual, mas também cumpre as exigências legais. Vai ser feito o alargamento para estacionamento, com duas faixas e a faixa de circulação, e vai ser alargada para um dos lados para criar a faixa para dar continuidade à que vem do prédio do espanhol até à rotunda da Pipela. Sobre o deslize do pavimento em Medeiros, disse que a responsabilidade cabia ao empreiteiro. Disse ainda que seria muito antipático por parte da Câmara se, quando convidam o presidente para estar com cidadãos barrosões nos Estados Unidos ou na França, se tentasse onerar essas despesas, porque quando o convidam para qualquer parte do concelho é a Câmara que paga. Portanto, essas viagens, sejam ao estrangeiro como cá, quem suporta as despesas é a Câmara. Lembrou que as pessoas que estão no estrangeiro são cidadãos como os que estão cá e por isso devem ser reconhecidos como os que moram cá. Referiu também que nos Estados Unidos a comunidade barrosã vai fazer uma festa para angariar fundos que irão reverter a favor da Misericórdia de Boticas e dos Bombeiros de Montalegre.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **4.2 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do exercício Económico de 2010/Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão.**

O senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais disse que recebe os documentos e não tem qualquer reparo a fazer à Mesa. Sabe que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumpre o Regimento, mas pediu que os documentos fossem enviados com dois ou três dias de antecedência porque assim daria mais tempo para poderem ser avaliados e estudados correctamente. O ano passado tinha referido que tinha ficado agradado com a forma como a Conta de Gerência foi

apresentada. É um documento agradável e bem exposto, apesar de não cumprir as regras do POCAL na íntegra. Na análise que fez deste ano detectou um erro e esse erro prende-se com a demonstração dos resultados financeiros na página 61. Disse que estava explicado e bem do ponto de vista da contabilidade. Da parte dos custos não tem nada a apontar, na parte dos proveitos tem um erro. O documento refere ano de 2008 e 2009 quando deveria ser ano de 2009 e 2010, o que nos mostra que o documento não é totalmente fiável. O documento aparece com 1.395 euros de proveitos financeiros. Perguntou se a gestão financeira estaria a ser correcta pois pensa que o proveito é muito baixo. Pensa que poderá haver algum desleixo por parte da Câmara ao não negociar os juros das contas da Câmara. Fica de pé atrás quanto à fiabilidade do documento, portanto. Parece-lhe que a taxa de execução do Plano e Orçamento, que é apenas de 59% é pequena e isto revela o estado do país. Tem de haver um grau de cumprimento superior porque se não se devem comprometer em realizar as obras. Sobre as receitas próprias da Câmara, já são de valor substancial e elas provêm da cobrança do IMI e de outras. Sobre a previsão que a autarquia fez da receita da EHATB, disse que no ano de 2009 foi prevista uma receita de 2 milhões 975 mil euros e a Câmara recebeu zero. No ano de 2010, a receita também ficou muito longe da previsão já que a Câmara só recebeu 125 mil euros. Por todas estas razões, disse que o PSD não pode aprovar esta conta de gerência porque existem algumas discrepâncias que não são toleráveis. Não percebe qual a despesa com a iluminação pública e gostaria de saber para ver que resultados deu a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara, com a qual concorda, em desligar as luzes. Gostaria de saber qual o valor dessa poupança. Na despesa, disse que ainda existem algumas rubricas que são autênticos sorvedouros de dinheiro como é exemplo a Pista Automóvel. Terminou a sua intervenção afirmando que por todas as razões apontadas, a bancada do PSD iria abster-se na aprovação da Conta de Gerência.

O deputado Acácio Gonçalves disse que na sua intervenção iria correr o risco de se sobrepor em certas coisas ao que falou o deputado António Cascais. Corrobora o dossier que foi apresentado e que comparado com outras Câmaras é de louvar. Congratulou-se com a maneira de expor todas as situações, mas na taxa de execução já vem sendo uso e costume ficar nos 59,5% nas receitas e 59,4% na despesa, são valores pouco aceitáveis. Nas receitas correntes, disse que o estado não tinha falhado porque o FEF tinha sido maior do que o previsto pelo Senhor Presidente da Câmara e, portanto, o estado cumpriu assim como nas receitas de capital que também ultrapassaram 1% daquilo que estava previsto. Referiu que aquilo que tinha falhado foi a receita que estava prevista da EHATB sendo que estava prevista uma receita de 2,5 milhões de euros e só entraram 125 mil, o que em seu entender revela ostentação e riqueza pois gastam aleatoriamente demais com os administradores em viagens e prendas. Quanto às receitas correntes, concretamente nas coimas, disse que estavam previstos 8 mil euros de receitas e cobraram-se 3 mil. Achou bem porque revela que houve moral por parte da Câmara porque há coisas que se fazem por negligência e outras por mero descuido. No capítulo das multas estava prevista uma receita de 3 mil euros e cobraram-se 28 mil. Aqui pensa que está mal

porque a Câmara tornou-se coerciva demais. Nas receitas de capital, disse que baixaram, referindo-se nomeadamente a vendas de bens de investimento, vendas de terrenos, edifícios e transferências de capital. Disse que não compreendia os números feitos nas previsões porque são astronómicos e as receitas são muito baixas. Terminou dizendo que o rigor do documento apresentado deve ser mais aperfeiçoado já que na sua visualização é muito bem apresentado.

O deputado Pedro Barroso disse a sua intervenção iria no sentido de contestar uma afirmação proferida pelo senhor Presidente da Câmara aquando da apresentação deste ponto em que disse que poderia ter que adiar algumas obras nas freguesias para aproveitar fundos comunitários. Perguntou então porque é que esses fundos comunitários não revertem para obras nas freguesias já que o senhor Presidente tinha dito que temos que dar mais condições e mais força às freguesias. Não concorda que se faça um projecto de milhões para um parque de estacionamento subterrâneo só porque é mais confortável para o presidente e para os vereadores da Câmara quando temos um bom parque de estacionamento no Campo da Feira. Também disse que não entendia o projecto para ampliação dos Paços do Concelho porque, com as medidas de austeridade que se avizinham, vai ser necessário reduzir ao número de funcionários e já temos o Ecomuseu e o multiusos locais para os quais se podem descentralizar alguns serviços.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes. Este disse que os argumentos são sempre os mesmos. O plano é grande para uns e pequeno para outros. Esclareceu que o plano de actividades é um documento que serve como referência, mas que tem que ter alguma folga para poder ser adaptado conforme as exigências. O plano está empolado, mas mostra que a Câmara tem uma gestão organizada e bem conseguida. Disse que as contas da Câmara são saudáveis e basta ver os subsídios que a Câmara dá e se os dá é porque tem dinheiro. As contas da Câmara são sóbrias e transparentes. Disse ainda que a conta de gerência e todos os documentos que foram apresentados são visados pelo Tribunal de Contas que muitas vezes pede esclarecimentos e que o controlo é minucioso. Referiu que as críticas políticas são bem vindas, mas relativamente às questões técnicas apresentadas, é perda de tempo estar a desvendar erros ou gralhas que são questões insignificantes. Estamos aqui para avaliar questões políticas. Concordou que a Câmara, de compensação financeira e de juros recebeu, pouco dinheiro e disse que ia tentar reverter a situação, mas não poderá receber muito porque quando tem dinheiro paga aos credores não o mete no banco à ordem ou a prazo. Sobre a EHATB, disse que é um assunto que vem sempre à baila mas é uma empresa que vale 60 milhões de euros. Têm participação em mais de 20 empresas e foram os autarcas que lá estiveram e que já saíram e agora os que lá estão que lhe deram continuidade e que é um exemplo nacional que não há outro. É uma empresa que é reconhecida por todo o lado e só em Montalegre é que os próprios autarcas, de forma vergonhosa, tentam enxovalhar quem lá trabalha e também o poder local que tanto esforço fez para canalizar verbas para pôr a empresa a

neste patamar. As pessoas devem ter algum cuidado quando dizem que o Presidente da Câmara, quando participa num convívio com barrosões, anda a passear quando na verdade passa o fim de semana no avião, que sai sexta e chega segunda-feira. Disse que os administradores da empresa fazem as viagens que devem fazer e sobre aquilo que ganham disse que é conforme a lei lhes permite. Sobre a taxa de disponibilidade da água, apresenta valores significativos porque infelizmente temos grande parte das casas existentes no concelho fechadas, mas somos obrigados a fazer as leituras, a passar a factura, pagar selos no envio das cartas e a pagar à Edinfor todo o trabalho que faz. O governo já quis acabar com esta taxa, mas isso seria um encargo grande para os municípios porque faziam a despesa e não vendiam a água. Sobre as taxas de saneamento e de resíduos sólidos, disse que iria ter que aumentá-las porque aquilo que a Câmara cobra é pouco para a despesa que representam. Nas multas disse que o valor é avultado pois houve uma multa excepcional que foi aplicada a um empreiteiro a quem se lhe retirou a obra. Ao deputado Pedro Barroso disse que não podemos dizer aquilo que diz o PSD em relação ao dinheiro do TGV que pode ser gasto com benefícios sociais. O dinheiro dos fundos comunitários é para ser gasto na regeneração urbana e nunca poderá ser gasto noutras coisas. Não admite que se diga que não há cuidado com as aldeias porque as estradas que fizemos e que iremos fazer são para servir as aldeias. Quanto à iluminação pública, e relativamente ao corte de candeeiros, disse que há uma despesa de 597 mil euros. Já comparou os números e disse que a redução só se nota em Montalegre. A nível do concelho ainda não há redução significativa, mas esclareceu que a medida ainda não está totalmente implementada. Terminou dizendo que a Câmara não deita dinheiro fora e que esgravata muito para conseguir financiamento para as obras. A conta de gerência está pautada pelo rigor e pela austeridade. Nunca pusemos nem poremos em causa a sustentabilidade das finanças da Câmara.

**Deliberação:** Os documentos de prestação de contas do exercício económico 2010/Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão foram aprovados por maioria com 11 abstenções.

#### **4.3 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais aprovados para o ano económico de 2011/1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais/1ª Revisão ao Plano de Plurianual de Investimentos.**

O Senhor Presidente da Câmara informou os presentes.

Inscreeveu-se para intervir o senhor deputado Acácio Gonçalves que disse que há uma coisa que o intriga e que é o facto de o senhor presidente estar sempre a preterir parte da sua região. Afirmou que este era presidente da Câmara das localidades de Minas de Beça, Rebordelo e Alto Fontão que não têm uma via de ligação, só tem penhascos e rochas, e se tem uma ponte foi a Câmara de Boticas que a fez. O Senhor Presidente gaba-se que todo o concelho está asfaltado, Cervos e Serraquinhos têm duas ligações mas aqueles que mais necessitam são os que menos têm e os que menos voz têm para os defender.

Disse ainda que o senhor Presidente da Junta de Morgade deve dizer na Assembleia aquilo que se passa.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o deputado tem alguma razão. Há um caminho de Rebordelo para Beça que poderia ser feito, mas não é barato nem fácil de fazer. Há também um critério de prioridade que se prende com o número de utilizadores. É verdade que toda a gente tem direito, mas temos que estabelecer prioridades porque não há dinheiro para tudo. Disse ainda que a ligação de Pitões-Espanha foi feita porque houve dinheiro do Interreg, por ser do PNPG. Em relação à Junta de Freguesia de Morgade, disse que não tem razões para se queixar e não precisa de representantes como o deputado Acácio Gonçalves eles bem sabem apresentar os problemas e até conseguir resolvê-los. A Junta de Cervos não é do PS e não tem obra, mas a Junta de Covelães também não é do PS e tem obra. Faça-se o juízo.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

#### **4.4 – Proposta de Alteração ao Regulamento de Venda de Habitações Vagas no Agrupamento Habitacional Ex-Car, Montalegre.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais que disse que esta alteração parece um facto para resolver o problema de alguém. Sobre os documentos a apresentar, a proposta refere recibo de vencimento ou salário do último mês e pensa que deveria constar também declaração de IRS. Perguntou porque é que nas condições de admissão uma pessoa isolada não se pode candidatar e o que são casas de aglomerado.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que isto é uma questão social e que não gosta de insinuações. O regulamento não é feito à medida de ninguém porque as casas são atribuídas mediante sorteio. Não é à medida de qualquer um, é sim à medida de quem mais precisa. Referiu ainda que não pode concorrer toda a gente, só quem está de acordo com o regulamento. Tem que se pôr restrições para as pessoas saberem que há regras, porque, se entretanto se lembrassem de vender a casa, isso não pode ser possível porque então vendia-a a Câmara. Para se prescindir da hasta pública temos que ter um regulamento com condições sociais.

O deputado António Cascais pediu autorização à Mesa para dar um esclarecimento e que era que não levantou suspeições. Esta alteração é para resolver e ultrapassar situações de pessoas que lá estão a morar. Não fez insinuações de nenhuma espécie.

O senhor Presidente da Câmara reforçou que esta proposta de alteração ao regulamento é para resolver situações de pessoas necessitadas. Há algumas casas que estão desocupadas e que vão ser vendidas.

#### **4.5 – Carta Educativa do Concelho de Montalegre/Proposta de alteração.**

O senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimento aos presentes sobre este ponto.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes, António Cascais, Mário Mendes, João Soares, António Cascais e Pedro Barroso.

O deputado Alberto Fernandes entregou a sua intervenção por escrito que abaixo se transcreve.

“Exm.os senhores membros desta Assembleia  
Senhores Presidentes e senhores vereadores:

Há anos, em 2006, foi anunciada, a construção do Centro Escolar do Baixo Barroso, na vila de Salto, mostrou-se a maquete do projecto, a Junta de Freguesia prontificou-se a dar o terreno, registou-o e cortou toda a floresta que ocupava, colocou-o à disponibilidade da Câmara.

Depois avançou o Centro Escolar de Montalegre e o do Baixo Barroso parou.

Havia alunos, depois deixou de haver, sem haver notícia de qualquer “tsunami”!

O pessoal perguntava quando começavam as obras, respondíamos vamos aguardar.

Desconfiando de tamanha obra! Lá diz o ditado quando a esmola é grande o pobre desconfia! Quando me candidatei à Junta de Freguesia de Salto, propus aos saltenses a ampliação do actual edifício: uma cantina e mais duas ou três salas de apoio. O mínimo necessário para satisfazer e dar dignidade ao ensino dos alunos da freguesia e outros. Porque me parecia e confirmou-se que o poder instalado no concelho não queria nada com Salto, (entenda-se a nível de Centro Escolar)!

Arrastou-se esta situação e íamos ouvindo que havia contactos e se faziam projectos para fazer obras na C+S do Baixo Barroso.

Agora fomos surpreendidos com a notícia que se ia gastar cerca de um milhão de euros, para construir mais sete salas de aula na dita escola e que todas as outras escolas iam fechar! Para isso propõem-se, agora aqui, a alteração da Carta Educativa do Concelho!

A freguesia de Salto que eu aqui represento sente-se traída!!!

Somos a maior, a mais populosa, a que tem mais alunos, a que tem mais vida social e activa, graças à iniciativa das suas gentes, basta recordar: os

Bombeiros, o Grupo Desportivo, Associações de Caça e Pesca, Associações de Agricultores, Jogo do pau, Lar, Centro de Saúde, Correios, Comissão de Festas.

Foi aqui que os privados quiseram investir: Duas agências bancárias, Farmácia, Bombas de gasolina, restaurantes (6), cafés, supermercados, oficinas, serralharias, carpintarias, empresas de construção civil, discotecas, talhos, clínicas e outros.

Temos uma história valiosa na educação a nível do concelho, com o contributo que a Escola das Minas da Borralha deu para a formação de muitos filhos da terra e não só.

Agora dizem-nos que não há alunos, mas vão ser construídas várias salas. Podem fazer as que quiserem, mas acabar com a escola de Salto, onde há cerca de SETENTA ALUNOS!... não entendemos!

Dizem-nos que a Escola do Baixo Barroso ficou mal situada, mas ainda tiveram o bom senso de a construir perto de Salto. Agora querem-nos tirar a que temos em Salto, "cheia de alunos", ainda é muito mais grave!...

O povo de Salto está revoltado, pela injustiça que querem fazer à sua freguesia... e a mim o que mais me revolta é não ser pelos outros! É ser pelos meus!...

Espero que os senhores membros desta Assembleia meditem no mal que farão, e será para sempre, à freguesia de Salto, se votarem favoravelmente.

Requalificar o edifício, só para aproveitar verbas do QREN, mesmo que isso acarrete um investimento inútil no futuro e cause grandes transtornos no presente não me parece aceitável.

Crianças de três anos a serem tiradas de casa à oito da manhã, até às seis da tarde, para andarem misturadas com alunos de quinze, dezasseis, dezassete e dezoito anos! Agora, por uns tempos e depois que é feito de tanta sala! Não nascem meninos e os poucos que nasceram são da freguesia de Salto: 8 em 2008; 12 em 2009 e 8 em 2010, são estes que necessitam de tanta obra!

Vamos todos pensar e resolver com bom senso este problema, até porque agora há eleições e muita coisa pode mudar! E se calhar estamos a comprometer-nos e depois o governo que aí vem, pensa diferente!

Proponho que esta assunto seja adiado e agendado para uma próxima Assembleia Municipal. O QREN pode esperar e se não espera há edifícios suficientes para os alunos que temos!

Salto, 15 de Abril de 2011"

Assina, Alberto Martins Fernandes



O deputado António Cascais disse que é um problema delicado que está hoje em discussão e sobre o qual nos temos que pronunciar. Em 1997 defrontamos e eu defendia o caminho para as instalações escolares. Defendi que deveria haver no concelho 4 ou 5 pólos e neste momento está-se a caminhar quase para um. Num concelho com 135 lugares com apenas dois centros escolares, onde crianças com apenas 3 e 4 anos de idade têm que fazer 20 ou 30 kms diários pensa que outra solução teria sido melhor e a diferença de custos não seriam assim tão grande. Devemos investir nas crianças, na sua educação e formação e pensa que deveríamos ter em conta outros indicadores além do número de nascimentos. Devíamos ter em conta aquelas famílias que querem regressar às suas terras e que na França ou na Suíça estão a 5 ou 10 minutos da escola e quando regressarem os seus filhos têm pela frente 2 horas de autocarro. Pensa que será um motivo que pesará no regresso dessas famílias. Referiu ainda que é doloroso ver que não há o cuidado que se devia ter em relação à maior freguesia do concelho porque o fecho da escola será um drama para as famílias. É natural que Salto puxe pela sua valia, pelas suas gentes e puxe também por ser uma das freguesias onde há ainda algum dinamismo e onde o tecido económico funciona razoavelmente. Admite que quem decide está acima destas coisas e tem que ter uma visão global, mas não aceita muito bem que os alunos tenham que ir só para a Venda Nova ou para Montalegre. Havia outro caminho e o PSD teria feito de outra forma. Tinha criado mais dois ou três centros, isto na devida altura porque agora já as coisas estão encaminhadas noutro sentido. Estranhou a forma como tão prontamente a Câmara acedeu nesta matéria aos sucessivos governos fossem PSD ou PS. Terminou dizendo que a posição do PSD seria de abstenção porque não é possível emendar erros que se cometeram há 15 ou 20 anos e porque o número de alunos também não ajuda.

O deputado Mário Mendes disse que o problema da redução de escolas já se iniciou há vários anos. Uma escola é o espelho de uma sociedade e é a alma de uma terra. As pessoas da Borralha aceitaram o encerramento da escola profissional com a condição de que os alunos iriam ser transportados para o centro escolar de Salto. Mas isso não aconteceu. Salto é a única freguesia onde daqui a três ou quatro anos vão nascer algumas crianças. Pediu aos presentes que pensassem, que reflectissem e se pudessem que evitassem.

O deputado João Soares disse que depois da exposição do senhor Presidente da Câmara só ficou margem para se apresentarem argumentos sentimentais e não racionais. Aquilo que está em causa é a decisão de aprovar ou não uma carta educativa que nasceu em 2006, que foi revista por monitorização, em 2008 e novamente em 2010, e chega-se à conclusão que tinha de ser alterada. Desta alteração resulta, do seu ponto de vista, uma aberração e um erro crasso. A carta educativa é uma falácia porque tantos técnicos a fazer um estudo demográfico do nosso concelho e passado pouco tempo os números caíram. Pensa que esses técnicos fizeram tudo menos um bom trabalho. Um dos objectivos da carta educativa é que deve manter coerência com a política urbana do município. Pensa que não passa pela cabeça do senhor presidente

da Câmara que a política urbana passe só pela sede do concelho. Não vem aqui com bairrismo, nem estabelecer guerras entre Salto e Venda Nova. Mas acha que tem alguma autoridade para falar. Já assistiu a muitas mudanças e hoje ouviu falar que em 1997 havia uma proposta para repartir pólos educativos pelo concelho. Pensa que isso seria muito mais aceitável. Uma regra só é boa quando tem excepção. A medida que a lei estabelece aplicada por igual a um concelho do litoral, muito povoados, aqui não se pode aplicar porque é um concelho muito extenso e fazer transportar crianças mesmo que sejam poucas é muito duro. Há 16 anos atrás a Câmara deu o aval aos anseios da freguesia de ser elevada a vila e um dos requisitos era ter estabelecimento de ensino. Isto agora é desqualificar a vila e do seu ponto de vista, isso está mal, assim como a localização da escola do Baixo Barroso. Foi um erro pois aquela escola não tem espaços. Os espaços educativos não são só as salas, é preciso espaços de lazer onde os alunos têm de conviver para aprenderem a viver em comunidade. Por isso o presidente Fernando Rodrigues não pode cometer o mesmo erro. Pensa que a solução apresentada será um remendo mal dado. Fala-se da perda de população escolar, mas há setenta alunos a frequentar a escola de Salto. Concorde que não há razão para a construção de um centro escolar em Salto, mas há razão para um pequeno investimento. Pediu que se reflectisse e que se deixasse amadurecer a ideia do encerramento da escola.

O deputado Pedro Barroso disse que este tipo de medidas impostas pelo governo leva cada vez mais à desertificação. Perguntou se os membros que constituem o Conselho Municipal de Educação só estão lá para dizer ámen e se estariam os pais bem representados. Transportar alunos com três anos para a Venda Nova é um drama para as famílias, tendo em conta o trajecto que terão que fazer. Espera que se façam horários compatíveis de acordo com os interesses dos alunos.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que o Conselho Municipal de Educação que decidiu aprovar a concentração de alunos de Salto na Venda Nova foi o mesmo que decidiu aprovar a concentração de alunos de Alto Barroso em Montalegre. Disse que respeita e compreende a posição dos autarcas de Salto. Foi um erro grande instalar a escola do Baixo Barroso na Venda Nova, mas será pior ainda não ter uma posição para apresentar ao QREN porque, passando o prazo, não será possível ir buscar o dinheiro porque as obras também fazem falta aos alunos que lá estão. Esta decisão é a mais correcta e exigida. Os critérios que valeram para fechar escolas em Montalegre são os mesmos para encerrarem as escolas do Baixo Barroso. A realidade é que os números não deixam alternativa. Disse ainda que a maioria dos alunos que estão na escola de Salto já são transportados, assim como os de Cabril e Covêlo e os pais antes querem as crianças na Venda Nova porque querem cantina e espaços desportivos. Disse que não se podem apresentar argumentos demagógicos porque isso só serve para nos enterrar. Referiu os investimentos que foram feitos em Salto nas mais diversas áreas e lembrou que sempre respeitou a maior freguesia do concelho. Apresentou ainda uma lista com o número de crianças que nasceram nos últimos anos no Baixo Barroso e disse que não se

podia adiar mais a decisão. Referiu ainda que os alunos de Cabril e Ferral a maior parte do ano estão sem professor porque não há ninguém que queira ir para aquelas escolas. Isso não pode continuar porque as crianças têm que ter todas os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Os horários das escolas têm início às 9 horas e portanto não é exigido grande esforço aos alunos. As medidas do governo foram impostas e bem, no seu entender, porque senão ainda hoje teríamos 80 escolas no concelho de Montalegre.

O deputado Alberto Fernandes apresentou à Mesa uma proposta de alteração à Ordem de Trabalhos, a qual consta da parte final da sua intervenção solicitando que este assunto fosse adiado, a qual foi posta à discussão.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, António Cascais, José Carvalho e Amadeu Dias.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que esta proposta não devia ser votada hoje e devia ser agendada para uma outra sessão. Pensa que foi apresentada em cima do joelho e as pessoas não estão preparadas. O adiamento será benéfico porque talvez o Partido Socialista pense doutra forma e talvez o governo seja outro.

O deputado António Cascais disse que a apresentação da proposta do deputado Alberto Martins não tem sentido. Só as propostas apresentadas pela Câmara é que são votadas para aprovação ou rejeição. Do ponto de vista formal e do Regimento da Assembleia esta proposta contraria tudo.

O deputado José Carvalho disse que a proposta apresentada pelo deputado Alberto Martins não deve avançar. A que deve ser votada é a proposta apresentada pela Câmara. Pediu à bancada do PSD que votassem contra a proposta apresentada pela Câmara.

O deputado Amadeu Dias mostrou a sua insatisfação, disse que iria votar contra a proposta apresentada pela Câmara porque, como pai de uma criança de 3 anos, não acha bem que exista uma escola a 800 metros de casa e agora, para ir para a Venda Nova, tenha que passar tanto tempo dentro de um autocarro. Referiu ainda que na sua freguesia, Ferral, este ano vai haver mais nascimentos.

O deputado Alberto Martins esclareceu que quando disse que o poder local não queria nada com a freguesia de Salto estava a referir-se só a nível do Centro Escolar. Disse ainda que retirava a sua proposta.

**Deliberação:** A proposta de alteração à Carta Educativa do concelho de Montalegre foi aprovada por maioria com 19 votos a favor, 13 votos contra e 13 abstenções.

#### **4.6 – Associação Nacional de Municípios Portugueses/Eleição de representante das Juntas de Freguesia e seu substituto**

Inscreeveu-se para intervir o deputado Alberto Martins Fernandes que propôs como representante das Juntas de Freguesia o deputado Manuel Pereira Duarte, presidente da Junta de Freguesia da Chã, e para substituto o deputado João Jorge Lopes e Silva

Posta a votação, por escrutínio secreto, a proposta apresentada foi aprovada por maioria com trinta e dois votos "SIM", cinco votos "NÃO" e nove votos brancos.

## **5 – Período após a ordem do dia**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta, desta acta, lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram 19H00.

### **O Presidente da Assembleia**

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim Lopes Pires

**O 1º Secretário**

  
\_\_\_\_\_  
Manuel António Silva Carvalho

**O 2º Secretário**

  
\_\_\_\_\_  
Maria Olímpia Fernandes Caldas Vinhas